

RELATÓRIO Nº , DE 2023-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 24, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.*

Relatora: Senadora **TEREZA CRISTINA**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor **CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA**, *Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido em 20 de setembro de 1957 em Fortaleza/CE, o indicado concluiu o curso de Ciências Econômicas pela Universidade de

Brasília em 1979. No ano seguinte, ingressou no Instituto Rio Branco, onde frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1987 e o Curso de Altos Estudos, tendo defendido tese intitulada “O Senado Federal e as Relações Exteriores”.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1981. Em 1985, foi promovido a Segundo-Secretário. Por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 1991; a Conselheiro em 1997; a Ministro de Segunda Classe em 2006; e a Ministro de Primeira Classe em 2010.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Primeiro-Secretário na Delegação Permanente em Genebra (1993-95); Chefe do Cerimonial da Presidência do Senado Federal (1997-01); Conselheiro na Embaixada em Ottawa (2001-04); Cônsul-Geral Adjunto e Chefe do Secom no Consulado-Geral em Nova York (2004-09); Chefe da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República (2011-14); Representante Permanente junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres (2014-16); Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República (2016-18); Embaixada em Londres, Embaixador (desde 2018).

O diplomata foi agraciado ao longo da carreira com distintas condecorações.

Em conformidade com as normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Comunidade da Austrália, as Ilhas Salomão, o Estado Independente da Papua Nova Guiné, a República de Vanuatu, a República de Fiji e a República de Nauru.

A Austrália é uma democracia liberal e multiétnica. A um só tempo, busca equilibrar sua influência geoestratégica, mantém estreitos vínculos com os Estados Unidos e demais aliados e experimenta o crescimento da presença regional da China, que é hoje seu principal parceiro comercial.

Brasil e Austrália mantêm relações diplomáticas há quase 80 anos.

Em 2010, foi firmado Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Parceria Reforçada Brasil-Austrália. Com base nele, foi

adotado o Plano de Ação Brasil-Austrália, que prevê a manutenção do mecanismo de consultas entre os dois países estabelecido em 1990 e a intensificação da cooperação em todas as áreas prioritárias do relacionamento bilateral, a saber: comércio e investimentos; ciência e tecnologia; agricultura e temas sanitários e fitossanitários; cooperação para o desenvolvimento; mineração e energia, inclusive biocombustíveis; esportes; educação e treinamento; serviços financeiros; vistos; cultura; cooperação jurídica; segurança regional; meio ambiente; e tópicos multilaterais.

Em 2012, as relações bilaterais foram alçadas à condição de parceria estratégica. Os dois países se destacam na produção e exportação de minérios, em especial minério de ferro. Há, pois, espaço para ampliar a cooperação nesse campo, assim como no setor agrícola, sobretudo em relação à agricultura de precisão. Além disso, o Brasil tem interesse em atrair investidores australianos. O estoque de investimento australiano no Brasil é estimado em cerca de US\$ 7 bilhões, o que coloca o Brasil como o 26º país da lista de maiores receptores de capital australiano.

No âmbito do comércio bilateral, o intercâmbio comercial foi de US\$ 3,4 bilhões em 2022, sendo US\$ 732,8 milhões de exportações (aumento de 30,7% em relação a 2021 e maior valor desde 2011). Em importações, foram US\$ 2,667 bilhões (aumento de 131% em relação a 2021 e maior valor já alcançado).

A Austrália foi o 54º principal destino das exportações brasileiras em 2022 (0,2% do total das exportações) e o 22º maior fornecedor de produtos ao Brasil (1% do total das importações). Chama atenção o fato de que as exportações brasileiras se constituem, em boa medida, de bens industrializados.

Com efeito, os principais produtos exportados pelo Brasil em 2022 foram: (i) café não torrado (16%); (ii) niveladores (13%); (iii) pasta química de madeira (7,3%); (iv) carregadoras e pás carregadoras (7%); (v) gelatinas e seus derivados (3,6%); (vi) suco de laranja (2,7%). As importações brasileiras normalmente se concentram em produtos básicos, especialmente carvão mineral e derivados, que, em 2022, responderam por 84% do total, seguidos por alumínio (3,7%), adubos e fertilizantes (2,3%), malte não torrado (1,1%) e instrumentos e aparelhos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários (0,9%).

No Planejamento Estratégico apresentado a esta Comissão é informado, entre outros indicadores, metas prioritárias da gestão do candidato ao posto, das quais destacamos, no campo do comércio e investimentos: incrementar e diversificar o comércio bilateral; atrair investimentos para o Brasil; renovar gestões para a negociação de acordo para evitar a bitributação; e negociar acordo de cooperação e facilitação de investimentos.

No citado documento, constam também as considerações do Embaixador Maurício Carvalho Lório, que deixa o posto, em que ele destaca as relações entre o Brasil e a Austrália na área de energia, mais especificamente os investimentos no setor de hidrogênio verde, o qual responde pela forte presença de capitais australianos no Brasil. Considera que *Brasil e Austrália têm o potencial de se tornarem grandes exportadores no setor, como supridores, respectivamente, do mercado europeu e do asiático.*

As Ilhas Salomão arquipélago localizado no Pacífico Sul a nordeste da Austrália. Com aproximadamente 700 mil habitantes, é uma monarquia parlamentarista e membro da *Commonwealth*. Brasil e Ilhas Salomão estabeleceram relações diplomáticas em 2 de agosto de 2005, por meio de troca de notas, mas até o momento não foram firmados acordos bilaterais. O comércio bilateral basicamente limita-se a exportações brasileiras. Em 2022, o intercâmbio comercial foi de US\$ 165,6 mil, sendo que os principais produtos que exportamos foram *wafers*, ferramentas, artigos de confeitaria, pias e lavatórios de aço.

O Estado Independente de Papua Nova Guiné, também um arquipélago situado no Pacífico Sul, encontra-se ao norte da Austrália, e conta com população de aproximadamente 7 milhões. Brasil e a Papua Nova Guiné estabeleceram relações diplomáticas em 1989. O comércio bilateral é pouco expressivo, composto quase exclusivamente de exportações brasileiras: em 2022, somou US\$ 3 milhões, com destaque para os envios brasileiros de cartuchos de munições, machados, artigos de uso doméstico e facas. Há expectativas para a abertura do mercado de produtos cárneos de Papua Nova Guiné. Em novembro de 2022, a autoridade sanitária do país iniciou a avaliação de risco de importação de carnes bovina e de frango do Brasil. Ademais, a companhia aérea estatal do país, encontra-se em processo de seleção do modelo de aeronave que substituirá parte de sua frota e o E-195-E2 da Embraer é um dos candidatos.

Já a República de Vanuatu é arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália. Mantemos relações diplomáticas desde 1986. Em agosto de 2013, durante missão da Agência Brasileira de Cooperação a Vanuatu, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica, em vigor desde 2018. Na ocasião, foram identificadas as prioridades para cooperação nas áreas de agricultura, pecuária, florestas, pesca e aquicultura. O comércio entre os dois países também se limita quase que exclusivamente às exportações brasileiras: em 2022, o comércio bilateral atingiu US\$ 526 mil; exportamos, principalmente petróleo, margarina e machados.

Com a República das Ilhas Fiji, estabelecemos relações diplomáticas em 2006. O comércio bilateral é modesto: em 2022, o Brasil exportou US\$ 1,82 milhão, com destaque para vendas de calçados de borracha e extratos, serras de corrente, essências e concentrados de café, buldôzers, *waffles* e *wafers*. Por sua vez, as importações foram de apenas US\$ 86 mil, com grande concentração em materiais de escritório e papelaria (96%).

Por fim, a República de Nauru é uma ilha situada no Pacífico Sul, próxima à linha do Equador e a nordeste de Papua Nova Guiné. As relações diplomáticas bilaterais datam de 2005. Com intercâmbio comercial bilateral mínimo, em 2022, foi alcançada a cifra de US\$ 49,7 mil, com saldo brasileiro de US\$ 2,1 mil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora